

BOLETIM SINDICAL

GESTÃO ADUENF AUTÔNOMA E DE LUTA



ANO 6 – NÚMERO 35 – 08/07/26

ESTADO DE
GREVE

Vitória da luta sindical A VOLTA DOS TRIÊNIOS

ALERJ aprova criação do Adicional de Desenvolvimento Funcional (ADF)

Valeu a pena lutar!

Num movimento encabeçado pela ADUENF e pela ASDUERJ, com apoio de deputados estaduais e diálogo com o governador em exercício, Ricardo Couto, a ALERJ aprovou, na sessão plenária do dia 30 de junho, o Projeto de Lei Complementar 59/26 — enviado pelo Executivo Estadual — que restabelece o pagamento do adicional por tempo de serviço aos servidores que ingressaram no serviço público estadual a partir de 2021, após a edição da Lei Complementar nº 194/2021. O projeto institui o Adicional de Desenvolvimento Funcional (ADF), que passa a substituir o antigo adicional por tempo de serviço e a gratificação por tempo de serviço (triênios). Pela nova regra, os servidores receberão um adicional de 5% a cada três anos de efetivo exercício, limitado a 60% dos vencimentos. Na UENF, 34 docentes serão beneficiados por essa conquista.

“A gente tem a perspectiva de que haja uma melhoria na situação dos servidores a partir de uma luta de muito tempo que nós, do movimento sindical, conseguimos travar junto com os nossos parlamentares de esquerda e que, com apoio das categorias, conseguimos fazer avançar. Só a luta muda a vida. E estamos aqui cumprindo nosso papel de lutar pelos nossos servidores e pela classe trabalhadora”, disse o presidente da ADUENF, professor Ricardo Nóbrega, que acompanhou a votação na ALERJ juntamente com o representante do CCT, Jefferson Rodrigues de Souza, e a professora Luciane Soares.

Agora caberá ao governador sancionar a nova lei. A ADUENF estará vigilante para garantir a implementação desse direito, evitando qualquer desvirtuamento do que foi garantido aos seus associados por esse novo dispositivo legal.



Professores da UENF e da ADUENF acompanharam a sessão plenária da ALERJ que aprovou por unanimidade a criação do Adicional de Desenvolvimento Funcional (ADF)

Novo PCV

O DIABO MORA NOS DETALHES

Há diferenças entre a Indicação Legislativa da ALERJ e o texto aprovado pelo CONSUNI

Na sessão de 30 de junho, a ALERJ também aprovou a Indicação Legislativa 327/2024, que solicita ao governador em exercício, Ricardo Couto, o envio de mensagem para alterar o Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos servidores da UENF. Embora preserve a concepção geral da reestruturação aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), o texto aprovado pelos deputados apresenta divergências importantes. Segundo o 2º vice-presidente da ADUENF, professor Marcos Pedlowski, a principal mudança é que a Indicação Legislativa transfere para futuras regulamentações a definição de mecanismos que, na proposta do CONSUNI, já estariam garantidos em lei.

Para o docente, isso faz com que a efetivação de direitos passe a depender de atos administrativos, interpretações dos órgãos de controle e das prioridades de cada gestão da universidade. “As diferenças mais relevantes não estão na estrutura da carreira, mas na concepção do papel da própria lei. A minuta aprovada pelo Conselho Universitário incorpora os direitos diretamente ao texto legal. A Indicação Legislativa desloca parte significativa deles para regulamentações posteriores, atos administrativos e decisões discricionárias. Essa escolha talvez pareça apenas uma técnica legislativa, mas seus efeitos podem ser profundos”, avalia Pedlowski.

NOVO PCV DA UENF: PRINCIPAIS DIFERENÇAS

Comparação entre a minuta aprovada pelo CONSUNI e a Indicação Legislativa nº 327/2024

TEMA	MINUTA APROVADA PELO CONSUNI	INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 327/2024
 1. PROGRESSÃO SIMPLES (Art. 16)	✓ Passagem para o padrão subsequente, observadas as regras dos anexos e regulamento específico da UENF. → Não há exigência legal de pontuação mínima na avaliação.	✗ Exige que o servidor obtenha 70% dos pontos na avaliação funcional anual para progredir. → Cria um requisito legal adicional que pode retardar progressões, gerar conflitos e judicializações.
 2. TRANSPOSIÇÃO (Art. 39)	✓ Transposição dos cargos existentes para os novos níveis, faixas e padrões, respeitando os critérios aprovados internamente. → Preserva a lógica da reestruturação construída pela própria universidade.	✗ Deve manter o servidor em “nível, faixa e padrão equivalente”, com “exatamente as mesmas exigências para provimento” e “vedada qualquer movimentação de carreira”. → Redação restritiva que pode esvaziar os efeitos concretos da reestruturação e limitar avanços funcionais.
 3. VANTAGENS – AUXÍLIOS (Arts. 22 a 26)	✓ Conselho Universitário tem papel central na regulamentação dos auxílios (alimentação, saúde e para dependentes com necessidades especiais, entre outros). → Maior participação da comunidade universitária e fortalecimento da autonomia da UENF.	✗ Reitor define valores, limites e critérios de concessão de auxílio-transporte, auxílio-educação e auxílio-saúde, sempre condicionados à disponibilidade orçamentária e à LRF. → Concentra decisões na Reitoria e subordina direitos à vontade administrativa e às restrições orçamentárias.
 4. AUXÍLIO-CRECHE E AUXÍLIO-EDUCAÇÃO (Art. 26)	✓ Prevê expressamente o auxílio-creche para filhos/dependentes até 6 anos e 11 meses e a passagem automática para o auxílio-educação. → Maior clareza e continuidade dos benefícios às famílias dos servidores.	✗ Reestrutura o artigo e substitui o inciso por auxílio-educação, não preservando de forma clara o auxílio-creche como vantagem autônoma. → Abre espaço para interpretações restritivas e perdas de direito para serviços com dependentes.
 5. REAJUSTE DA TABELA DE VENCIMENTOS (Art. 55)	✓ Correção anual da tabela de vencimentos em 1º de maio, em consonância com o art. 37, X, da Constituição. → Também prevê correção dos proventos de inativos e pensionistas.	✗ Prevê apenas a aplicação isonômica de índices de reposição ou majoração que venham a ser concedidos. → Não garante, com a mesma clareza, a atualização anual, enfraquecendo a proteção contra perdas inflacionárias.
 6. REGULAMENTAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE (Visão Geral)	✓ Direitos e regras fundamentais estão mais presentes na própria lei. → Menor dependência de atos administrativos futuros.	✗ Diversos dispositivos remetem a regulamentação posterior e a atos do Reitor. → Maior discricionariedade administrativa e insegurança jurídica para os servidores.



EM SÍNTESE

A minuta aprovada pelo CONSUNI é mais ampla, institucionalmente mais robusta e mais favorável aos servidores. A Indicação Legislativa preserva a aparência de um novo PCV, mas introduz condicionantes e remete direitos para regulamentações futuras, reduzindo garantias e vantagens.



**DIREITOS FORTES
NA LEI = CARREIRA
VALORIZADA NA PRÁTICA**



Representantes da ADUENF e professores aposentados da UENF se encontraram no Rio com o governador em exercício Ricardo Couto, que prometeu agendar reunião

ENFIM, O DIÁLOGO COM O GOVERNO DO ESTADO

Encontro com governador abre oportunidade para apresentar pautas dos docentes

Depois de anos de tentativas frustradas, o diálogo com o Governo do Estado finalmente começou a acontecer. No dia 24 de junho, representantes da ADUENF e docentes aposentados da universidade tiveram uma audiência, no Rio de Janeiro, com o governador em exercício, Ricardo Couto. Intermediada pelo deputado estadual Flávio Serafini, presidente da Comissão de Servidores da ALERJ, a visita à capital teve como objetivo apresentar uma pauta de quatro reivindicações da categoria docente: a implantação do novo Plano de Cargos e Vencimentos da UENF, o aumento do auxílio-alimentação de R\$ 600 para R\$ 1.500, a revogação da Lei 9.194/2021, que extinguiu os triênios dos servidores estaduais, e o pagamento da recomposição salarial prevista na Lei Estadual 9.436/2021. Por iniciativa do próprio governador, a questão dos triênios foi resolvida com a aprovação, na ALERJ, do Projeto de Lei Complementar 59/26 — de autoria do Executivo Estadual — que institui o Adicional de Desenvolvimento Funcional (ADF).

Ricardo Couto se disponibilizou a agendar uma audiência com a diretoria da ADUENF através do subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão, Rafael Abreu, com quem os representantes da ADUENF haviam se reunido momentos antes. Rafael recebeu a cópia de um ofício encaminhado ao Governo do Estado em 22 de maio, no qual apresenta as principais reivindicações da categoria docente. Participaram da reunião o presidente da associação, professor Ricardo Nóbrega, o deputado Flávio Serafini, o representante do CCT, professor Jefferson Rodrigues de Souza, e os professores aposentados Ruben Rosenthal e José Glauco Tostes. O subsecretário afirmou que o Governo do Estado, neste momento, tem concentrado esforços em medidas de alcance mais amplo para o funcionalismo, como o pagamento das duas parcelas da recomposição salarial. Segundo Rafael Abreu, as demandas específicas das diferentes categorias — entre elas, os planos de carreira — vêm sendo analisadas individualmente, considerando os limites impostos pelo calendário eleitoral.



Representantes da ADUENF e docentes da universidade recebem a deputada estadual Marina do MST, que manifestou seu apoio integral às lutas da categoria

APOIO DE MARINA DO MST

Deputada estadual visita ADUENF e manifesta apoio às lutas da categoria docente

A luta dos servidores da UENF por valorização profissional e fortalecimento da universidade pública ganhou mais um importante apoio. A convite da ADUENF, a deputada estadual Marina do MST (PT) esteve na sede da associação no dia 25 de junho para uma reunião com docentes. Ela recebeu um ofício solicitando a intervenção da parlamentar junto ao Governo do Estado para viabilizar pautas de interesse da categoria como a tramitação do novo Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos servidores da UENF e o pagamento integral da recomposição salarial garantida por lei e não paga pelo governo anterior.

O presidente da ADUENF, professor Ricardo Nóbrega, destacou que a ausência de diálogo com o Governo do Estado e os sucessivos entraves impostos ao funcionalismo dificultaram avanços nas negociações nos últimos anos. “Desde 2021, tivemos inúmeras negociações. Houve o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a COMISSARF, sem avanços na pauta. Agora temos um governador interino, o PROPAG e as complicações de um ano eleitoral. Mas temos buscado fazer avançar essa pauta para que ela chegue até a ALERJ”, disse.

Ricardo citou um estudo recente do DIEESE que aponta perdas salariais acumuladas desde 2014 que somam cerca de 60%. Destacou, ainda, a precarização do trabalho docente com a concessão de benefícios temporários — os “penduricalhos”. Marina reafirmou seu compromisso com as pautas apresentadas pela ADUENF e com a defesa da universidade pública. “Quero dizer que vocês podem contar comigo, sem sombra nenhuma de dúvida, para todas as demandas, as pautas que tiverem — desde a organização da categoria até a luta pelo fortalecimento da universidade. Eu só agradeço por esse encontro, e quero deixar todos os registros de que vocês podem contar comigo”. A deputada informou que recentemente conseguiu abrir um canal de diálogo com o Governo do Estado, oportunidade em que apresentou reivindicações dos servidores da UENF e da UERJ. Ela também destacou a histórica parceria entre a ADUENF e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Não há como a gente falar na construção dos 30 anos do MST na região e dos problemas que cercam os assentamentos sem falar dessa parceria que sempre foi feita em conjunto conosco”.



Segundo Paulo Lindesay, da Auditoria Cidadã da Dívida, o PROPAG não contempla reajustes salariais e amplia mecanismos de controle da União sobre as finanças do estado

LOBO EM PELE DE CORDEIRO

Paulo Lindesay, da Auditoria Cidadã da Dívida, aponta armadilhas do PROPAG

Apresentado como solução para o endividamento dos estados, o Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (PROPAG) aprofunda a dependência financeira do Rio de Janeiro em relação à União, amplia mecanismos de controle sobre as finanças estaduais e impõe novas restrições aos investimentos públicos. O foi debatido na Roda de Conversa “Salário, previdência e dívida do estado do Rio de Janeiro”, promovida pela ADUENF no dia 2 de junho no auditório do CCH. Coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida no estado do Rio de Janeiro, Paulo Lindesay elaborou um estudo demonstrando que o PROPAG perpetua um modelo que transformou um refinanciamento de R\$ 15,2 bilhões, em 1999, em uma dívida superior a R\$ 108 bilhões, mesmo após o estado já ter pago mais de R\$ 31,8 bilhões. O programa também abre caminho para que empresas estatais, imóveis e receitas futuras sejam utilizados como moeda de troca para reduzir parcelas da dívida.

Para os servidores públicos, o cenário é igualmente preocupante. Ao impor um novo teto de gastos que limita o crescimento das despesas do Governo do Estado à inflação, o programa dificulta reajustes salariais, concursos públicos e a expansão dos serviços prestados à população. Pior: os investimentos obrigatórios em educação não incluem reajustes salariais, limitando-se a investimentos em infraestrutura. A Auditoria Cidadã da Dívida defende a realização de uma auditoria completa da dívida pública estadual, com participação popular, além da revisão judicial do modelo de refinanciamento e da contestação das restrições impostas aos investimentos em pessoal. O documento também propõe resistência às privatizações e questiona o novo teto de gastos previsto no programa. “Este é um debate importante para situar nossos direitos no quadro mais amplo, que é o da administração do estado, destacou o presidente da ADUENF, professor Ricardo Nóbrega.

PROPAG: O QUE ESTÁ EM JOGO PARA OS SERVIDORES DA UENF

REAJUSTES SALARIAIS EM RISCO

Seu salário pode ficar congelado por mais tempo



O PROPAG cria regras que dificultam reajustes acima da inflação. Mesmo quando houver arrecadação maior, o Estado poderá ficar impedido de conceder recomposições salariais.

CONCURSOS PODEM FICAR MAIS RAROS



Menos concursos, mais sobrecarga de trabalho

O PROPAG aponta que a adesão ao programa reduz a capacidade do Estado de abrir novos concursos públicos. Resultado: menos servidores e mais trabalho para quem já está na ativa.

PROGRESSÕES E PROMOÇÕES SOB PRESSÃO

Sua carreira pode andar mais devagar



O novo teto de gastos pode dificultar progressões funcionais e avanços na carreira, com reconhecimento travado.

MAIS SOFRIMENTO PARA A EDUCAÇÃO



Mais alunos e menos condições de trabalho

Aumentará a pressão sobre professores, ampliação do tamanho das turmas e sobrecarga de tarefas.

INFRAESTRUTURA SEM PROFISSIONAIS

Prédios novos, mas sem gente para trabalhar



O PROPAG permite investimentos em obras e equipamentos, mas restringe a utilização dos recursos economizados para despesas com pessoal. Quem vai operar escolas, hospitais e laboratórios?

MAIS CRISE E TERCEIRIZAÇÃO



Mais contratos temporários, menos servidores efetivos

Sem possibilidade de ampliar quadros permanentes, governos podem recorrer a terceirizações e contratos temporários.

O ESTADO ARRECADA, MAS NÃO PODE GASTAR

Uma conta que não fecha



Mesmo que a arrecadação cresça, boa parte do aumento ficará comprometida com as regras do programa. O dinheiro deixa de voltar em serviços, concursos e valorização profissional.

QUEM PAGA ESSA CONTA???

O PROPAG transfere para servidores e serviços públicos o peso do ajuste fiscal e impõe novas limitações ao Estado do Rio.

O debate é sobre o futuro do serviço público, das carreiras e dos direitos dos servidores.



Informações disponíveis no estudo *Análise Crítica e Impactos Fiscais, Patrimoniais e Sociais do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG)*, elaborado por Paulo Lindesay, coordenador da do Núcleo Rio de Janeiro da Auditoria Cidadã da Dívida. O estudo completo pode ser acessado no site da ADUENF (aduenf.org.br).

APOSENTORIAS EM XEQUE

Assessora jurídica da ADUENF fala sobre desafios da previdência do estado

A Roda de Conversa “Salário, previdência e dívida do estado do Rio de Janeiro” também contou com a participação da assessora jurídica da ADUENF, Veronica de Araújo Triani, que apresentou um panorama da previdência brasileira. Ao recuperar os pilares constitucionais da previdência (solidariedade, contributividade e capitalização), a advogada mostrou como as reformas das últimas décadas transformaram direitos em metas cada vez mais distantes.

Idade mínima maior, mais tempo de contribuição e benefícios menores passaram a compor a receita oficial. Para os servidores que ingressaram a partir de 2021, a aposentadoria já nasce reduzida a 60% da média salarial de contribuição, numa espécie de “promoção previdenciária” em que o trabalhador paga a conta inteira e recebe apenas parte do produto no final.

No caso do Rio de Janeiro, Veronica destacou os ataques ao Rioprevidência e mencionou o recente aporte de R\$ 3,7 bilhões no Banco Master, que deixou os servidores preocupados com o futuro de suas aposentadorias.

Ao detalhar as regras de aposentadoria dos docentes da UENF, a assessora jurídica lembrou que professor associado e professor titular são cargos distintos, o que pode obrigar quem conquista a titularidade por concurso a trabalhar pelo menos mais cinco anos para acessar as regras de transição. Uma curiosa lógica em que a progressão na carreira pode significar, também, o adiamento da aposentadoria.



Veronica Triani destacou ataques ao Rioprevidência e ameaça às aposentadorias

Uma curiosa lógica em que a progressão na carreira pode significar, também, o adiamento da aposentadoria.

Ao final, Veronica defendeu a criação de um fundo de proteção para os servidores estaduais, justamente para que aposentadorias e pensões deixem de depender de “aventuras” financeiras e de decisões políticas de curto prazo. Porque, depois de décadas contribuindo, o mínimo que se espera é que o servidor não precise contar com a sorte para receber aquilo que financiou durante toda a vida laboral. Também chamou atenção para a incerteza em torno do RJPrev, cujo futuro permanece cercado de dúvidas. Em outras palavras, o servidor pode aderir ou não; o que ninguém garante é qual será o cenário quando chegar a hora de se aposentar.

ENFIM, A ESPERADA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

O ex-governador inelegível já tinha dito que não pagaria a recomposição salarial. Bastou Cláudio Castro sair pela porta dos fundos da história para que o governador interino, Ricardo Couto, anunciasse o que os servidores sempre sustentaram: o Governo do Estado tem recursos para pagar a recomposição que não tinha sido paga em 2023 e 2024. Conforme publicado no Diário Oficial do Estado do dia 22 de maio, as duas parcelas restantes da recomposição, referentes à

à Lei 9.436/2021, num percentual remanescente de 11,56%, serão pagas em duas parcelas ainda este ano: a primeira em agosto e a segunda em novembro. Vamos aguardar.

Vencemos esta batalha. Mas continuamos no diálogo e na luta pelo cumprimento de todos os direitos dos servidores da UENF, como o novo Plano de Cargos e Vencimentos (PCV). Um estado forte e uma educação de qualidade só se constroem com servidores valorizados.



Os professores Ricardo Nóbrega e Raquel Garcia foram os representantes da UENF no 69º CONAD, que relacionou cortes de recursos a investimentos no Banco Master

69º CONAD REFORÇA LUTA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Docentes reforçam defesa do financiamento e valorização das universidades

A defesa das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (IEEs, IMEs e IDEs) ganhou destaque no 69º CONAD do ANDES-SN, realizado nos dias 3, 4 e 5 de julho em São Luís (MA). As deliberações aprovadas dialogam diretamente com a luta histórica da ADUENF pela autonomia universitária, financiamento público adequado e valorização da carreira docente. Da UENF, participaram o presidente da ADUENF, Ricardo Nóbrega, e a 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Raquel Garcia. Na atualização do plano de lutas do setor, os delegados aprovaram o fortalecimento das ações de denúncia contra governos que promovem políticas consideradas prejudiciais à autonomia política, financeira e acadêmica das universidades públicas. Também foi reforçada a necessidade de ampliar a mobilização em defesa do financiamento das instituições e da valorização dos seus profissionais. Entre os novos encaminhamentos, o ANDES-SN aprovou a intensificação das denúncias sobre os impactos das políticas fiscais dos governos estaduais e distrital no financiamento das universidades públicas.

O plano de lutas prevê, ainda, relacionar os sucessivos cortes de recursos e os ataques às carreiras docentes aos investimentos realizados por esses governos no Banco Master, apontando possíveis reflexos sobre as finanças públicas e os regimes próprios de Previdência. Um exemplo foi o repasse de R\$ 3,7 bilhões do Rioprevidência ao Banco Master durante a gestão do então governador Cláudio Castro. Outro encaminhamento aprovado foi a realização do XXII Encontro do Setor das IEEs, IMEs e IDEs, que acontecerá entre os dias 27 e 29 de novembro, em Dourados (MS), com o tema "Em defesa da democracia, da autonomia política e financeira das IEEs, IMEs e IDEs". Uma deliberação importante do 69º CONAD foi sobre a posição do ANDES-SN no processo eleitoral. A plenária aprovou uma resolução que trata da importância de a categoria se mobilizar já no primeiro turno para barrar a extrema direita nas ruas, nas urnas e nas redes. As discussões também abordaram o cenário político nacional e a necessidade de fortalecer a mobilização em defesa dos serviços públicos e da educação.